

Dados Preliminares sobre a Situação da Educação Indígena em Algumas Comunidades

REFLEXÕES

- haveria realmente necessidade do ensino da escrita alfabetica (grafia) em LI? Com que objetivo? Qual seu papel dentro da própria comunidade?

- a escrita em língua indígena pode servir de parâmetro para aprendizagem de L2, levando-se em conta que essas sociedades sempre foram ágrafas?

- poderíamos pensar na identificação de outro código já existente na cultura (já registrado) que não fosse a escrita alfabetica, considerando o estágio de alfabetização em língua materna em que se encontram grande parte da comunidade indígena?

- quais os riscos que uma comunidade poderia estar prestes a enfrentar no que concerne ao monolingüismo em LP e desvalorização da oralidade

- e no caso de comunidades que mantém contato estreito com a nossa cultura, que dimensão a escrita em LI ocupa em relação àquelas mais isoladas?

- de que forma a oralidade pode ser resignificada numa sociedade que já não é mais totalmente ágrafo, convivendo com dois discursos: o da escrita e o da oralidade

A respeito do movimento dos professores indígenas, o CIMI vem prestando assessoria no que concerne ao encontros promovidos por pelos índios. No dia 11 de maio Rosinha, juntamente com os professores indígenas, representantes de suas comunidades, participará de uma reunião com o pessoal do IERAM a fim de discutir os encaminhamentos da educação indígena em áreas que esse órgão estatal vem atuando.

Está sendo organizado, pela COPIAR, um encontro de professores indígenas para discutir os rumos da educação. Uma primeira reunião preliminar será realizada em meados de maio, e o grande encontro será em julho. Tão logo sejam agendadas essas datas, Rosinha nos comunicará, a fim de que possamos participar desse evento.

A COPIAR surgiu através de uma demanda dos índios Tikuna, que, já tendo uma organização própria OGPBT, procuraram o CIMI a fim de que estes assessorassem um encontro para organização uma comissão que representasse os índios de toda a região amazônica. A partir do primeiro encontro, a COPIAR tem gerenciado esses encontros, apesar de continuar recebendo apoio do CIMI. O informativo da FOIRN *Educação*, cedido pelo CIMI, descreve a criação da COPIAR.

Outra informação importante fornecida por Rosinha foi o nome e endereço de alguns membros da Comissão, com seus respectivos endereços. Pretendemos entrevistar esses membros, a fim de colhermos informações valiosas sobre a educação em suas áreas.

Marquei uma nova visita ao CIMI, quando então Rosinha já me colocaria à disposição a documentação.

REFLEXÃO

A discussão (ou problema) não está na questão “deve-se ou não registrar a cultura indígena” pela escrita, mas sim na concepção de escrita. Essa escrita da língua materna (indígena) se torna ahistórica ao se reduzir a uma grafia determinada pela cultura ocidental.

É necessário que a própria comunidade “construa” sua escrita, que produza uma forma de conhecimento da sua própria língua, a partir de representação própria. O conhecimento da história da escritura talvez lhe dê subsídios.

Pensar a oralidade como legitimidade para sua própria cultura. A preocupação com a preservação da língua não se garante pela alfabetização na própria língua dentro dos preceitos de alfabetização da escola ocidental.

Que concepção de educação, escola, alfabetização são próprio dos povos indígenas (ou melhor dessa cultura?)

O que significa ter o dado (documento) a língua escrita nesses moldes e não ter o fato (o monumento - a história) ver Foucault - Arqueologia (Ex. Os desenhos de certas cartilhas foram feitas por índios, mas a escrita não passa de reprodução, não é nem um discurso oral, nem um discurso escrito, que discurso é esse? Uma grafia fonética, uma ortografia a latina)

Exercícios de coordenação motora

Pinte o desenho

Reduz ao desenho a produção artística que é uma narrativa, dentro uma história.

Reprodução/desenho serve como ilustração/reduz sua função. É uma passagem para uma forma mais evolutiva - a escrita (na perspectiva do não indio)

Analizando o “Manual de escrita” elaborado pelo Museu Maguta para os professores indígenas, pudemos refletir sobre alguns aspectos diretamente relacionados a questão da educação e documentação

- tentativa de reduzir a cultura material dos povos indígenas, em que a produção artística, a partir de uma visão “evolucionista” de escrita

- tendencia a reduzir uma produção a uma reprodução por formações discursivas próprias da instituição escolar que se configura como um discurso pedagógico. Esse aspecto se organiza e se explicita por redes de formulações do tipo:

“Pinte o desenho”

em que encontramos formas geométricas extraídas de alguns objetos indígenas, isoladas analiticamente, com uma determinação histórica que vem de outro lugar: a escola do branco

Enunciar imperativamente que se cumpra essa tarefa explicita certas relações de poder, onde aquele que sabe decide o que deve ser feito, como (de que cor), onde (nos quadrados)

a mesma forma, se apresentam 2 fotos de objetos da cultura e pedir para que desenho “Desenhar a flauta e o cesto (p.18-19 Um manual de escrita

Cerceando outras possibilidades de interpretação materializado pelo próprio pronome já definido. É o efeito de evidencia de que esse cesto tem sempre o sentido. Que sentido essa prática produz ao sujeito-indio. Essa memória própria da educação formal dos brancos não lhes pertence. O registro dessa cultura passa a ser interpelado por gestos de interpretação do branco, constituído desse tipo de memória histórica em que a escrita, o copiar, o reproduzir se instaurou como prática (ver lectio,etc) a cópia das escrituras,etc

AO que sabemos a tradição dessa cultura se preserva pela oralidade e pela cultura material. Determinar as formas dessa produção é cristalizar uma única forma, modelar, destituídas de uma histórica, é ter um dado e não um fato. É ter um documento e não monumento. Pela sequência em que se prepara o aluno (fase preparatório) para a escrita essa cultura material é utilizada como mera ilustração, desenho isolado que serve apenas como exercício de coordenação motora-treino das mãos para orientação espaço-temporal. Porque as próprias letras não podem ser usadas para coordenação, já que arbitrariamente esses traços também poderiam representar a escrita, ou melhor, será que estes traços não são eles a própria escritura? Colocado no estatuto de traços estes são apenas uma fase inicial primitiva (pre-escolarização) para se passar para uma evolutiva.

Porque intermediar a escrita? A relação inversa não teria mais sentido?, já que para os índios esses traços tem um sentido (passa-se do sentido ao não sentido);

Textualização como um fechamento necessário para legitimização

Sair do discurso da oralidade

DE - Do escola bca

DO - DE escola indígena (representada pela arte indígena, por ex.)

DE - efeito autor

DO - não há

No confronto entre a materialidade do discurso indígena e a do disc. Branco estabelece-se o espaço fronteiriço onde se tornaria possível o efeito-autor (duas FD em posição de igualdade, sem rel. Dominador-dominado) onde se dá autoria. No entanto, essa relação é intermediada pelo DP que transforma a arte (que é uma escritura em DE) em DO, não a legitimando enquanto tal. Produz-se o pagamento do DI em termos de DE

REFLEXÃO

A discussão (ou problema) não está na questão “deve-se ou não registrar a cultura indígena” pela escrita, mas sim na concepção de escrita. Essa escrita da língua materna (indígena) se torna ahistórica ao se reduzir a uma grafia determinada pela cultura ocidental.

É necessário que a própria comunidade “construa” sua escrita, que produza uma forma de conhecimento da sua própria língua, a partir de representação própria. O conhecimento da história da escritura talvez lhe dê subsídios.

Pensar a oralidade como legitimidade para sua própria cultura. A preocupação com a preservação da língua não se garante pela alfabetização na própria língua dentro dos preceitos de alfabetização da escola ocidental.

Que concepção de educação, escola, alfabetização são próprio dos povos indígenas (ou melhor dessa cultura?)

O que significa ter o dado (documento) a língua escrita nesses moldes) e não ter o fato (o monumento - a história) ver Foucault - Arqueologia (Ex. Os desenhos de certas cartilhas foram feitos por índios, mas a escrita não passa de reprodução, não é nem um discurso oral, nem um discurso escrito, que discurso é esse? Uma grafia fonética, uma ortografia a latina

Exercícios de coordenação motora

Pinte o desenho

Reduz ao desenho a produção artística que é uma narrativa, cota uma história.

Reprodução/desenho serve como ilustração/reduz sua função. É uma passagem para uma forma mais evolutiva - a escrita (na perspectiva do não indio)

Analizando o “Manual de escrita” elaborado pelo Museu Maguta para os professores indíos, pudemos refletir sobre alguns aspectos diretamente relacionados a questão da educação e documentação

- tentativa de reduzir a cultura material dos povos indígenas, em que a produção artística, a partir de uma visão “evolucionista” de escrita

- tendencia a reduzir uma produção a uma reprodução por formações discursivas próprias da instituição escolar que se configura como um discurso pedagógico. Esse aspecto se organiza e se explicita por redes de formulações do tipo:

“Pinte o desenho”

em que encontramos formas geométricas extraídas de alguns objetos indígenas, isoladas analiticamente, com uma determinação histórica que vem de outro lugar: a escola do branco

Enunciar imperativamente que se cumpra essa tarefa explicita certas relações de poder, onde aquele que sabe decide o que deve ser feito, como (de que cor), onde (nos quadrados)

a mesma forma, se apresentam 2 fotos de objetos da cultura e pedir para que desenho “Desenhar a flauta e o cesto (p.18-19 Um manual de escrita

Cermando outras possibilidades de interpretação materializada pelo próprio pronome já definido. É o efeito de evidencia de que esse cesto tem sempre o sentido. Que sentido essa prática produz ao sujeito-indio. Essa memória própria da educação formal dos brancos não lhes pertence. O registro dessa cultura passa a ser interpelado por gestos de interpretação do branco, constituído desse tipo de memória histórica em que a escrita, o copiar, o reproduzir se instaurou como prática (ver lectio, etc) a cópia das escrituras, etc

AO que sabemos a tradição dessa cultura se preserva pela oralidade e pela cultura material. Determinar as formas dessa produção é cristalizar uma única forma, modelar, destituídas de uma histórica, é ter um dado e não um fato. É ter um documento e não monumento. Pela sequência em que se prepara o aluno (fase preparatória) para a escrita essa cultura material é utilizada como mera ilustração, desenho isolado que serve apenas como exercício de coordenação motora-treino das mãos para orientação espaço-temporal. Porque as próprias letras não podem ser usadas para coordenação, já que arbitrariamente esses traços também poderiam representar a escrita, ou melhor, será que estes traços não são eles a própria escritura? Colocado no estatuto de traços estes são apenas uma fase inicial primitiva (pre-escolarização) para se passar para uma evolutiva.

Porque intermediar a escrita? A relação inversa não teria mais sentido?, já que para os índios esses traços têm um sentido (passa-se do sentido ao não sentido);

Textualização como um fechamento necessário para legitimação

Sair do discurso da oralidade

DE - Do escola bca

DO - DE escola indígena (representada pela arte indígena, por ex.)

DE - efeito autor

DO - não há

No confronto entre a materialidade do discurso indígena e a do disc. Branco estabelece-se o espaço fronteiriço onde se tornaria possível o efeito-autor (duas FD em posição de igualdade, sem rel. Dominador-dominado) onde se dá autoria. No entanto, essa relação é intermediada pelo DP que transforma a arte (que é uma escritura em DE) em DO, não a legitimando enquanto tal. Produz-se o pagamento do DI em termos de DE

. Entrevista com Gersem Luciano Baniwa

Conforme combinado, no dia 21 de fevereiro de 1997, às 8horas da manhã, retornamos à COAIB. Fomos atendidos pelo Sr.Gersem, e expusemos o propósito de nossa visita. Ele nos informou que os documentos relativos às iniciativas educacionais da COIAB (encontros, relatórios, projetos de lei, etc) estavam em um arquivo especial nas dependências do CIMI, e ele nos autorizou o acesso a esse material. Segundo ele, até o momento não haviam sido projuzidos ainda materiais lingüísticos próprios, o que estava sendo planejado. A organização intenta elaborar um projeto de análise das iniciativas educacionais por ela proposta. Porém, este projeto estava parado já que a COIAB passava por uma fase de reestruturação. Solange perguntou-lhe se as iniciativas do Alto Rio Negro contavam com a participação de outros órgãos.

Segundo Gersem, já há, nesta região, a presença forte da concepção do professores-índios sobre educação. A maioria deles tem procurado criar sua própria escola, com métodos e princípios próprios, gerindo sua própria formação. No entanto, há ainda alguns grupos que sofrem forte influência das Instituições, na expectativa de fórmulas prontas. Quando se fala em Educação Indígena, associava-se esse questão à discussão sobre bilingüismo. Mas o que esse conceito tem a ver (opera) com a vida das comunidades? Do ponto de vista de Gersem, esse conceito "Educação Indígena" tem uma importância política, mas na sociedade indígena a questão tem outro estatuto. Muitas comunidades já estão muito cnetradas neste conceito, a ponto de se interessarem pelo ponto de vista de Gersem, como referencial. Para ele isto é muito prolemático, pois existem várias perspectivas para se abordar esse conceito, que não pode ser encerrado em uma definição.

Um dos cursos de Gersem (em Juria) criou-se um método partindo da própria realidade e necessidade da comunidade, realidade essa que às vezes eles (os próprios índios) nem conseguem distinguir, tendo em vista a quantidade de intervenção advindas de diferentes instituições que trabalham, cada uma dentro de sua visão de mundo. Para Gersem é fundamental que se priorize a realidade do próprio índio, pois, do contrário estará se fazendo CÓPIA de um sistema estruturado e definido pela sociedade branca (ocidental). É necessário também assumir uma posição política estratégica, sem radicalismo, sem uma visão fechada. Há um dualismo na questão da produção cultural: ou você é retrógrado ou subversivo.

A angústia produzida por essas duas visões muitas vezes provoca posições radicais que de nada colaboram para a vida da comunidade. A igreja, com suas missões religiosas partidárias de diversas ideologias travam lutas políticas deslocando as discussões para outra esfera distante das questões indígenas. Ainda segundo ele há uma posição intermédia que se pode assimir, mesmo que para isso se perca alguma coisa. Mesmo assim, os ganhos serão maiores do que a estagnação. Questionado por Solange sobre formalização do conhecimento e o ensino de língua portuguesa, Gersem destacou duas situações:

- daquelas comunidades em que ninguém mais fala a língua, como é o caso dos Barés, em que ele considera que a língua deles é a portuguesa.
- um outro caso em que o povo fala a língua materna, e, neste caso é importante que se ensine a escrita dessa língua como uma passagem intermediária necessária para o aprendizado da língua portuguesa, já que (ou mesmo que) os professores usam a escrita da língua segundo a produção do português.

Uma segunda etapa do processo de educação é são as reflexões sobre como fazer a produção literária da língua. Em razão desse tipo de questionamento Gersem propõe a produção sistemática da grafia em LI.

Como exemplo, menciona os tukano que fazem uma aproximação com a LP e os Baniwa que já tem escrita.

Segundo ele é importante preocupar-se com uma grafia do sistema, no entanto, é fundamental que esse trabalho tenha sentido para a população.

Para ele, o ideal é atingir a escrita de LI via comunidade e com acompanhamento técnico. No Rio Negro, por exemplo, circulam diferentes visões de técnicos que irão produzir algo com resultados diferentes. O trabalho é muito esporádico, não há continuidade desse trabalho, pois cada instituição vem com um ponto de vista e não conclui.

Neste sentido, a COIAB tem lançado a proposta de formação de professores indígenas na área linguística. É importante que o índio conquiste um espaço na comunidade científica, o que não implica negar a assessoria.

Questionado sobre a circulação da escrita de forma mais geral, com boletins, informativos, etc, Gersem respondeu que a língua circula também através de cartas informais, na área do Rio Negro. Acrescentou que há um programa de rádio do IERAM intitulado "Vitória Régia", no qual circulava somente mensagens e recados e que agora estavam estudando a sistematização de um programa de informações, reportagens. Um programação mais técnica, informativa, com noticiários.

Segundo Gersem, a escrita "não pega" na comunidade, ela não tem importância para produção de boletins. A escrita de LI parece ter um papel bem específico neste processo: a de servir de passagem para o aprendizado da LP. Atualmente, no Rio Negro há uma diversidade lingüística grande e a maioria dos índios fala em várias línguas pela aldeia, sem repressões.

Do nosso ponto de vista, essa via de transmissão da língua pode produzir reflexões interessantes acerca da dicotomia oral x escrito, sobre o papel social da escrita nas comunidades indígenas? [É necessário a escrita da língua para veiculação de um saber?]

Neste sentido parece relevante levantarmos essas iniciativas de ensino de LP a fim de analisarmos se essa hipótese de transferência de um sistema a outro se sustenta.

Se considerarmos a trajetória histórica da transmissão do conhecimento na nossa sociedade (cultura ocidental), veremos que sua difusão se deu pela escrita. Já a transmissão de conhecimento nas sociedades ágrafas está baseada na oralidade. Tanto a escrita quanto a oralidade não são ahistóricas: constituem-se de discursos distintos, que se entrecruzam na construção do conhecimento. Nesse sentido, é interessante refletirmos sobre esse cruzamento de discursos, na medida que ele representa, em sua opacidade, um entrelaçamento de culturas fundamentadas segundo princípios diferentes no que concerne a relação com o saber.

Conforme reflexão de Gersem, colocar as comunidades em contato com a escrita em língua nativa não visava o "ensino" da língua, mas mostrar o valor da escrita na sociedade ocidental e que sua língua também poderia ser formalizada por este código. Aqui caberia um parêntese para discutirmos as noções de língua fluída e língua imaginária como noções produtivas para se pensar essa questão.

A questão aqui a ser mostrada é que a sistematização da língua em escrita é uma *construção* e que todas podem ser fechadas em redes estruturais de formulação, formalização, o que não tem relação com língua "primitiva", sem perspectiva de evolução, como fizeram pensar os cronistas/pesquisadores da época colonial, pelos seus relatos de viagem (relembremos a descrição da LI como desprovida de L,R,F)

Retomando as reflexões de Gersem sobre a segunda etapa do trabalho, o contato com a escrita gerou dois desafios:

1º Conscientizar o índio sobre o papel da escrita e seu reflexo na sociedade ágrafa

2º Como sistematizar a LI?

Referindo-se ao último encontro promovido pela COIAB, Solange retomou uma posição assumida por Gersem: não há escrita mas há escritura.

É por esse gancho que pretendemos continuar nossas investigações e reflexões na tentativa de produzir formulações que efetivamente venham a refletir as reais necessidades desses povos, considerando que cada um deles tem sua especificidade cultura e que se encontra em um estágio também peculiar, cada uma delas, de aprendizado na língua portuguesa e da própria língua (aspecto esse que não pode ser desconsiderado, mas repensado em função das práticas discursivas atuais, que muitas vezes tendem para uma generalização, estabelecimento de um modelo único de educação indígena, ou mesmo quando partem de um ponto zero, como se nada houvesse sido produzido até então. --resignificar essas práticas em função de uma história da educação indígena é fundamental) Mesmo quando pensamos na possibilidade de uma nova forma de escritura, que não a alfabetica, (algo já inscrito/escrito na propria cultura material da comunidade, não podemos nos esquecer que o contato entre discursos (oral x escrito) já foi estabelecido. Resta-nos trabalhar essas relações, explicitar esses funcionamentos).

É importante ressaltar que as iniciativas das organizações indígenas poderão funcionar como um referencial que possa, de uma certa forma, refletir os conhecimentos da própria comunidade, refletir sobre um saber (dos índios) que não se sabe, por um saber que talvez o próprio índio não sabe que sabe, apontando as próprias contradições constitutivas do processo discursivo, que não são estáveis.

Se é importante desenvolver com eles o que interessa à sua cultura, que vai determinar o que lhes interessa? Que posição sujeito o próprio índio tem ocupado, posição esta muitas vezes de desconhecimento da sua própria cultura, provocado por um apagamento histórico de constituição de sentido da produção de sua cultura? Ouvir o que o índio quer, analisar o conteúdo do que o índio quer, no nível empírico, da formulação não é suficiente para uma compreensão sobre seus interesses. E é nesse sentido que a AD como referencial teórico entra com seu pressuposto teórico construído a partir de um método e um objeto particulares: um método que explicita os processos discursivos, um objeto discurso, tomado em sua materialidade linguística e histórica, uma concepção de sujeito ligada a Formas imaginárias, logo, posições sujeito. Através da explicitação das FD que atravessam o discurso do índio talvez possamos melhor compreender porque ele quer o que quer, porque ele acha que sabe que não sabe, e que implicações isso tem na prática pedagógico

Terminando a conversa, Solange se comprometeu a dar-lhes seu livro sobre Discurso oral x discurso escrito, a fim de que possamos marcar um outro encontro para discutirmos questões teóricas que possam, talvez, subsidiar algumas reflexões sobre os caminhos da educação indígena.

REFLEXÕES

- haveria realmente necessidade do ensino da escrita alfabetica (grafia) em LI?
Com que objetivo? Qual seu papel dentro da própria comunidade?

- a escrita em língua indígena pode servir de parâmetro para aprendizagem de L2, levando-se em conta que essas sociedades sempre foram ágrafas?

- poderíamos pensar na identificação de outro código já existente na cultura (já registrado) que não fosse a escrita alfabetica, considerando o estágio de alfabetização em língua materna em que se encontram grande parte da comunidade indígena?

- quais os riscos que uma comunidade poderia estar prestes a enfrentar no que concerne ao monolingüismo em LP e desvalorização da oralidade

- e no caso de comunidades que mantém contato estreito com a nossa cultura, que dimensão a escrita em LI ocupa em relação àquelas mais isoladas?

- de que forma a oralidade pode ser resignificada numa sociedade que já não é mais totalmente ágrafo, convivendo com dois discursos: o da escrita e o da oralidade